

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

INGRID DE VASCONCELOS NETO

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS E O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO
DOS BRASILEIROS PÓS-PANDEMIA

UBERLÂNDIA
OUTUBRO DE 2024

INGRID DE VASCONCELOS NETO

**INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS E O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO
DOS BRASILEIROS PÓS-PANDEMIA**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Neirilaine Silva de Almeida

**UBERLÂNDIA
OUTUBRO DE 2024**

RESUMO

No ano de 2020, a população mundial enfrentou uma crise sanitária de escala global relacionada à natureza e fatores biológicos causados pela pandemia da COVID-19. Com isso, o cenário econômico do país mudou drasticamente e, por conseguinte, o índice de famílias brasileiras endividadadas aumentou. O presente trabalho visa relacionar os indicadores econômicos e sociais com o nível de endividamento dos brasileiros por meio de uma pesquisa exploratória. Utilizou-se a Correlação de Spearman para testar a relação entre as variáveis de endividamento e cada um dos indicadores econômicos. Como principais achados, verificou-se que a pandemia da COVID-19 não teve uma correlação significativa com o nível de endividamento dos brasileiros, mas sim, outros fatores diversos a crise sanitária, tais como a Taxa SELIC e o nível de desemprego. Além disso, observou-se que os níveis de endividamento e inadimplência têm se mantido alto nos últimos anos. Nesse âmbito, esta pesquisa possibilita que a população brasileira se conscientize sobre a relevância da educação financeira e, conseqüentemente, reduza os hábitos que geram dívidas desnecessárias e o uso excessivo de cartões de crédito para que seja possível atenuar os impactos econômicos e sociais durante e após futuras crises financeiras que, porventura, possam ocorrer no país.

Palavras-chave: Endividamento. Inadimplência. Indicadores econômicos e sociais.

ABSTRACT

In 2020, the world population faced a health crisis on a global scale related to nature and biological factors caused by the COVID-19 pandemic. As a result, the country's economic scenario changed drastically and, consequently, the rate of Brazilian families in debt increased. The present work aims to relate economic and social indicators with the level of debt of Brazilians through exploratory research. Spearman Correlation was used to test the relationship between the debt variables and each of the economic indicators. As main findings, it was found that the COVID-19 pandemic did not have a significant correlation with the level of debt of Brazilians, but rather, other factors other than the health crisis, such as the SELIC and the level of unemployment. Furthermore, it was observed that debt and default levels have remained high in recent years. In this context, this research makes it possible for the Brazilian population to become aware of the relevance of financial education and, consequently, reduce habits that generate unnecessary debt and the excessive use of credit cards so that it is possible to mitigate the economic and social impacts during and after future financial crises that may occur in the country.

Keywords: *Indebtedness. Default. Economic and social indicators.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	2
2.1 A Pandemia da COVID-19 e a crise econômica no Brasil.....	2
2.2 Endividamento e Inadimplência.....	4
2.3 Estudos correlacionados e apresentação de Hipóteses.....	5
3. METODOLOGIA.....	7
4. ANÁLISE DE DADOS.....	8
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	16

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a população mundial enfrentou uma crise de escala global relacionada à natureza e aos fatores biológicos causados pela pandemia da COVID-19, sendo que essa crise foi análoga às provenientes de guerras ou catástrofes naturais, onde pessoas se isolaram e as indústrias, comércios e serviços fecharam. Ademais, a situação foi muito difícil, visto que não se tinha informações de quanto tempo iria durar ou quando iria melhorar (Scalzilli, Spinelli e Tellechea, 2020).

Conforme indicado por Gullo (2020), o impacto do isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 teve um efeito significativo sobre a economia, resultando em quedas em vários setores. Durante esse período, somente as atividades consideradas essenciais, como as relacionadas à saúde, alimentação e transporte, permaneciam em funcionamento.

Com isso, o cenário econômico do país mudou drasticamente e, conseqüentemente, o índice de famílias brasileiras endividadadas também aumentou. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em maio de 2023, 78,3% das famílias estão endividadadas, demonstrando um desequilíbrio econômico.

Souza (2019) trata das conseqüências geradas pelo endividamento, afirmando que, além de problemas financeiros, o endividamento também causa problemas de saúde físicas e mentais. Apesar de muitos enxergarem esses dois conceitos como semelhantes, Souza (2019) discorre que há diferenças entre endividamento e inadimplência, sendo que o endividamento se refere ao compromisso futuro de pagamento, já a inadimplência se refere ao não pagamento das dívidas.

Outros indicadores também foram afetados pela pandemia, tais como a taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa SELIC, que variou bastante entre os anos de 2020 e 2023. Segundo Banco Central do Brasil (BACEN), no final do ano de 2020 a taxa SELIC foi fixada em 2%, já no ano de 2023 a mesma foi fixada em 11,75%.

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), a taxa SELIC exerce grande influência sobre diversas outras taxas de juros no país, incluindo as aplicadas em empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. De forma prática, quando a taxa SELIC sobe os juros cobrados nos financiamentos e cartões de créditos ficam mais altos, quando a taxa SELIC cai os juros cobrados nessas mesmas operações tendem a ficar menores o que acaba estimulando o consumo.

A pesquisa de Glad (2021) avaliou a relação entre os indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros, no entanto, não contemplou em sua pesquisa o período da pandemia. Nesse sentido, observa-se uma lacuna para a realização de mais trabalhos que contemplem a realidade da crise sanitária no contexto brasileiro.

Diante do exposto, o presente trabalho tem o objetivo de identificar a relação entre os indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros. Como objetivo específico, o presente trabalho visa: a) avaliar a evolução dos índices de endividamento; b) verificar a evolução do nível de inadimplência das famílias brasileiras; e c) investigar se os efeitos dos indicadores econômicos e sociais variam entre as famílias com diferentes níveis de renda.

O estudo se justifica por complementar o estudo de Glad (2021), que contemplou o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2020, a fim de desenvolver os testes e comparar os resultados durante e após o período pandêmico. Especificamente, os resultados do presente trabalho são relevantes por permitir a avaliação do progresso ou da regressão dos indicadores, o que permite a identificação das tendências na economia e na sociedade, possibilitando que a população se prepare e se organize adequadamente para as mudanças que, porventura, possam ocorrer em suas vidas.

Além disso, a pesquisa oportuniza observar e analisar os impactos da pandemia no âmbito do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras, bem como analisar como a crise sanitária afetou os indicadores econômicos, como desemprego, inflação e PIB.

O estudo também contribui para que a sociedade possa compreender os seus padrões de consumo e de poupança e se conscientizar sobre a necessidade da busca por educação financeira. Ademais, o entendimento de como indicadores econômicos e sociais impactam o endividamento e a inadimplência pode possibilitar que a população possa se preparar para possíveis crises futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Pandemia da COVID-19 e a crise econômica no Brasil

Conforme disposto pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), em 11 de março de 2020, o mundo inteiro enfrentou a chamada COVID-19, uma pandemia oriunda da ampla família do vírus coronavírus (CoV), que causou uma variedade de condições a população que vão desde o resfriado comum até à doenças mais graves. Em vista deste cenário, a Organização

Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Em entrevista a CNN Brasil, o diretor de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Guilherme Mercês, afirma que o endividamento da população brasileira “explodiu” durante a pandemia. Essa “explosão” do endividamento ocorreu devido aos impactos negativos das restrições ao contato social sobre os negócios e o mercado de trabalho. O auge das referidas restrições ao contato social, ocasionaram um aumento “abrupto” da inflação, que se espalhou por todos os países, tendo como reação uma “rápida” elevação na taxa básica de juros, a SELIC.

Bolsoni (2023) discorre sobre as consequências da alta da taxa básica de juros e afirma que o aumento dessa taxa prejudica grupos mais vulneráveis que dependem de seus empregos e da sua tomada de crédito para se sustentar. Com a dificuldade de encontrar trabalho, as famílias de grupos vulneráveis acabam recorrendo a empréstimos, que, por sua vez se torna menos acessível com a alta dos juros.

Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2022, 77% das famílias estavam endividadas, uma das taxas mais altas das últimas décadas. Fatores como a inflação e o desemprego favoreceram para um expressivo crescimento no número de famílias endividadas no Brasil.

Melo e Cabral (2020) argumentam que a pandemia de Covid-19 intensificou problemas já presentes no país, que foi agravada tanto pela crise aguda gerada pela Covid-19 e pelos distúrbios no mercado de petróleo quanto por uma crise de saúde pública intensificada pelo novo vírus, juntamente com uma crise política.

Além disso, Sessa *et al.* (2020) afirmam que a pandemia afetou diretamente na renda e no emprego dos trabalhadores, forçando o governo a adotar medidas com o intuito de minimizar os impactos econômicos causados às famílias de baixa renda, que enfrentaram o aumento do desemprego e a queda da renda familiar.

Simonato (2023) aborda uma das medidas econômicas adotadas para reduzir os impactos da pandemia, o Auxílio Emergencial, que ajudou milhares de famílias a garantirem o básico. Ainda dentro das medidas econômicas adotadas pelo governo, Balsoni (2023) afirma que o Auxílio Emergencial, apesar de, não ter reduzido a inflação e o desemprego, causou um impacto positivo sobre o consumo e endividamento dos brasileiros.

Simonato (2023) trata sobre outros problemas trazidos pela pandemia, tais como os problemas psicológicos, a alteração no modo de consumo e na forma de poupar e investir. Souza

(2019), por sua vez, discorre sobre o desconforto que a preocupação gerada com endividamento pode causar, sendo que cada público reage de forma diferente, podendo ter uma piora no funcionamento psicológico e na perda na qualidade de vida, com o aparecimento dos sintomas de depressão, raiva e ansiedade.

Desta maneira, faz-se importante buscar formas para evitar e melhorar os problemas com o endividamento. Nesse âmbito, Silva *et al.* (2020) destaca que uma medida fundamental para auxiliar neste processo de melhoria é a educação financeira, que pode ser adotado em disciplinas nas escolas e, conseqüentemente, melhorar o desenvolvimento da sociedade.

2.2 Endividamento e Inadimplência

O endividamento da população brasileira representa um alerta por ser um fenômeno crescente. Segundo a Serasa Limpa Nome (2023), a cada 10 famílias brasileiras, 8 possuem dívidas. Um alto índice de endividamento pode colocar a economia do Brasil em risco, já que, com o aumento do endividamento, os riscos dos bancos e os custos de créditos são maiores e podem também trazer impactos para as famílias, fazendo com que as pessoas abaiquem o seu padrão de vida ou percam seu patrimônio.

Endividamento é o termo utilizado para descrever a condição a qual uma pessoa ou entidade possui obrigações financeiras a cumprir. O nível de endividamento pode variar entre baixo, médio ou alto, indicando se está sob controle ou se está gerando dificuldades financeiras (Serasa Limpa Nome, 2023).

Constantemente, os termos inadimplentes e endividamento são utilizados como sinônimos, no entanto Serasa Limpa Nome (2023) afirma que estar endividado não necessariamente significa estar inadimplente. Segundo Varela (1992), inadimplência é definida como o não cumprimento ou cumprimento parcial de uma obrigação, ou seja, é a quebra do dever jurídico do que estava acordado, podendo ser o não pagamento de dívida ou entrega de algo. Assim sendo, todos os inadimplentes estão endividados, porém nem todo endividado está inadimplente (Serasa Limpa Nome, 2023).

Chu (2011) divide inadimplência em dois grupos sendo eles: microeconômicos, que refletem as circunstâncias e as decisões individuais de cada instituição e seus tomadores de recursos; por outro lado, os fatores macroeconômicos influenciam a economia em sua totalidade, abrangendo indicadores como inflação, desemprego e taxa SELIC que impactam os cidadãos em âmbito nacional de forma positiva ou negativa.

Paraíso e Fernandes (2019) argumentam que o endividamento é impulsionado pelo estímulo ao consumo e facilitado por incentivos, como os créditos acessíveis. Os autores destacam ainda que se tratando de endividamento familiar os fatores que mais influenciam são a falta de educação financeira e o desemprego.

De acordo com Kunkel, Vieira e Potrich (2015), outros fatores que também podem influenciar no endividamento são: fatores comportamentais como atitudes financeiras, padrões de uso do cartão de crédito, tendências a compras compulsivas e outros.

Utilizando fatores macroeconômicos como base, Zaniboni (2013) elaborou modelos de prognósticos fundamentados em informações secundárias e analisou as causas da inadimplência no sistema financeiro nacional. As conclusões do estudo revelaram que certos elementos, como endividamento governamental interno, montante de crédito em circulação e a taxa de juros apresentaram certa relevância na compreensão da inadimplência.

Gentil e Bruno (2021) interpretaram em sua pesquisa o endividamento das famílias, abordando os principais indicadores produzidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e também os principais determinantes macroeconômicos e estruturais durante o período de 2005 até o primeiro semestre de 2021. Ao longo da série temporal analisada, é notável o contínuo crescimento do crédito concedido a pessoas físicas, sendo que a partir do ano de 2016 os bancos passaram a priorizar o crédito para famílias, expandindo o crédito com taxas de juros menores. Com a chegada da pandemia, os bancos reduziram ainda mais as taxas de juros, sendo elas ainda menores do que as praticadas anteriormente. O BACEN fixou a taxa SELIC para o nível mais baixo entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021 e implementou medidas para estimular a expansão da carteira de crédito, enquanto normalmente a crise aumentaria o risco e, conseqüentemente, acarretaria taxas de juros mais altas.

2.3 Estudos correlacionados e apresentação de Hipóteses

Vieira, Roma e Ferreira (2014), que se basearam em dados fornecidos pelo BACEN para coletar o índice de endividamento, as taxas de juros e de crédito pessoal. Como resultado, os autores chegaram à afirmação de que a relação é inversamente proporcional ao endividamento e a taxa de crédito pessoal. A diminuição da taxa SELIC reflete em melhores condições de crédito e, conseqüentemente, o aumento da oferta reflete no aumento do endividamento.

Ruberto *et al.* (2013) consideraram o endividamento como variável dependente e, como variáveis independentes, a taxa SELIC, o hiato do produto, o rendimento médio real efetivo, a

expectativa de inflação, o índice geral do preço ao consumo amplo, o PIB, a taxa de câmbio, o índice nacional de confiança do consumidor e os meios de pagamento. Assim, os autores identificaram um declínio na taxa SELIC e no nível de desempenho. Já o PIB, os meios de pagamento e a confiança do consumidor ascenderam. Além disso, os autores observaram que, no período de 2005 a 2012, houve um aumento constante no endividamento das famílias brasileiras.

Linardi (2008) relacionou o inadimplemento, empréstimos bancários e a taxa SELIC. No resultado, Linardi (2008) indicou que a inadimplência sofre influência da variação do índice de rendimento médio dos ocupados e da taxa de juros. De forma complementar, Steter e Barros (2012) entendem que existe uma relação positiva entre o endividamento e as taxas de juros. Glad (2021), por outro lado, não constatou relação entre a variável SELIC e o nível de endividamento.

Friolim (2017) e Bortoluzzi *et al.* (2015) observaram que a expansão do crédito, embora tenha aumentado o poder de compra das famílias de baixa renda também, contribuiu para um aumento significativo no endividamento. Zancanaro (2016) destacou a relação entre o fácil acesso ao crédito e o endividamento, especialmente entre consumidores com pouca compreensão do cenário econômico.

Paraíso e Fernandes (2019) observaram um aumento expressivo nas famílias endividadas em 2019, atribuído, principalmente, ao crédito fácil.

Souza (2017) estudou o endividamento da população, tendo como base os dados do período de 2006 a 2016, utilizando variáveis como: taxa de inadimplemento, variação da concessão de crédito, variação da renda média, desemprego, inflação, taxa de juros e outros. Em síntese, o autor concluiu que os fatores demográficos e macroeconômicos são determinantes para inadimplência dos estados brasileiros apontando o desemprego como um dos influenciadores.

Para concluir, Glad (2021) compreende que apesar da expectativa inicial, foi identificado uma relação inversa entre a taxa de emprego e o endividamento, contrapondo estudos anteriores que sugeriram uma correlação positiva. O resultado de Glad (2021) indica que o desemprego pode levar a uma redução no consumo e acesso ao crédito.

Rossato, Beskou e Pinto (2019) examinaram o impacto do endividamento nos níveis de inadimplência e sobre-endividamento, utilizando dados secundários da pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor. Como resultado, os autores concluíram que níveis mais altos de endividamento estão associados a maiores índices de inadimplência. A

maior inadimplência, por sua vez, gera maiores níveis de sobre-endividamento, o que confirma uma relação positiva entre essas variáveis.

Por fim, Glad (2021) também constatou uma associação positiva e significativa entre inadimplência e níveis de endividamento, o que sugere que famílias inadimplentes têm maiores chances de alcançar o sobre-endividamento, logo, tendem a atrasar o pagamento de suas dívidas resultando em dificuldades de sair dessa situação.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende testar as quatro hipóteses, apresentadas na sequência:

- H₁ – Taxa SELIC apresenta uma relação positiva com o nível de endividamento das famílias brasileiras
- H₂ – A taxa de câmbio apresenta uma relação positiva com o nível de endividamento das famílias brasileiras.
- H₃ – A taxa de desemprego apresenta relação positiva com o nível de endividamento das famílias brasileiras.
- H₄ – O PIB apresenta uma relação positiva com o nível de endividamento das famílias brasileiras.

Espera-se que os testes destas hipóteses contribuam para responder ao objetivo geral de identificar a associação entre os indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento das famílias brasileiras.

3. METODOLOGIA

Tendo como objetivo investigar e explorar a ligação entre fatores macroeconômicos e sociais e o endividamento da população brasileira, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2008), é aquela que visa estabelecer hipóteses e relações entre variáveis, e que pode desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.

Quanto a abordagem, utilizou-se o método quantitativo, que, segundo Gil (2008), são estudos que partem do pressuposto de que todos os fenômenos podem ser quantificados, ou seja, através do resultado é possível gerar informações numéricas que podem ser classificadas e analisadas.

Quanto ao procedimento, a presente pesquisa deu-se como uma pesquisa documental que segundo, Silva e Menezes (2005), se trata de uma pesquisa onde os dados coletados ainda não foram analisados e ainda não receberam tratamento analítico.

A coleta de dados sobre endividamento e inadimplência foi realizada por meio das informações fornecidas pela PEIC, que é apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados dos indicadores macroeconômicos foram retirados do Ipeadata, que é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados referentes à Taxa SELIC e o câmbio foram retirados do Banco Central do Brasil (BACEN).

A pesquisa abrange o período de 2019 a 2022, sendo que esse período se justifica pela disponibilidade de dados divulgados até a data da coleta da presente pesquisa, uma vez que as informações de 2023 ainda não tinham sido consolidadas.

As variáveis utilizadas na pesquisa são expostas no Quadro 1, apresentado na sequência.

Quadro 1 – Indicadores econômicos e suas definições

Variáveis	Descrição	Fonte
Taxa SELIC	É o instrumento utilizado para controlar a inflação, serve também como referência para outras taxas. Representa a média praticada em títulos públicos, nas operações com prazo de um dia.	Banco Central do Brasil (BACEN)
Taxa de Câmbio	A taxa de câmbio indica o preço de uma moeda em relação a outra, é o valor expresso em unidades ou ou fações da moeda nacional.	Banco Central do Brasil (BACEN)
Taxa de Desemprego	Refere-se a porcentagem de pessoas aptas a trabalhar que estão desempregadas e tentam encontrar emprego.	IPEADATA
PIB – Produto Interno Bruto	Soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país durante o período de um ano.	IPEADATA
Endividamento	Nível de endividamento das famílias brasileiras.	CNC
Inadimplência	Nível de inadimplência das famílias brasileiras.	CNC
Pandemia	<i>Dummy</i> que separa o período amostral em antes (2019), durante (2020 e 2021) e após a pandemia (2022)	Organização Mundial da Saúde (OMS)

Fonte: Elaborado pelo autor BACEN (2023), IBGE (2024).

Com o intuito de analisar com profundidade os dados sobre endividamento, inadimplência e indicadores econômicos utilizou-se a estatística descritiva, aplicando a Correlação de *Spearman* para testar a relação entre as variáveis de endividamento e cada um dos indicadores econômicos.

4. ANÁLISE DE DADOS

O presente tópico apresenta a análise das variáveis presentes na pesquisa com o intuito de identificar se há padrões, tendências e correlação entre o endividamento e indicadores

econômicos. Nesse âmbito, a Tabela 1 representa o percentual de endividamento anual das famílias endividadas, com dívidas em atraso, bem como o percentual de famílias que não possuem condições de pagar umas dívidas em atraso.

Tabela 1 – Percentual de endividamento anual

	2019	2020	2021	2022
PEIC (percentual do total) – Média anual				
Famílias endividadas	63,6%	66,5%	70,9%	77,9%
Famílias com dívidas em atraso	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
PEIC – Var. em p.p.				
Famílias endividadas	3,4%	2,8%	4,4%	7,0%
Famílias com dívidas em atraso	-0,1%	1,5%	-0,3%	3,7%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	-0,1%	1,4%	-0,6%	0,2%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

A Tabela 1 retrata o percentual anual de endividamento das famílias brasileiras e a variação em percentual de cada ano. Através das informações dispostas na tabela acima, pode-se observar que, a cada ano analisado o endividamento das famílias brasileiras aumentou, sendo que esse aumento se deu no ano de início da pandemia da COVID-19 e, com o decorrer do tempo, foi aumentando. Uma das explicações para isso, pode ter sido o isolamento social, que gerou impactos negativos na economia e contribuiu com o endividamento da população.

Sob outro enfoque, a Tabela 1 também retrata o percentual das famílias com dívidas em atraso, que, assim como o percentual das famílias endividadas, apontou um crescimento, ainda que tenha sido menor do que o percentual das famílias endividadas. Assim como nas situações analisadas anteriormente, o percentual de famílias que não possui condições de pagar as dívidas em atraso também teve um aumento nos anos de pandemia, mas, diferente das variáveis anteriores, apresentou uma pequena queda durante os períodos.

Tendo em vista os cenários anteriores, conjectura-se que o endividamento das famílias brasileiras pode ter relação com a variação da taxa SELIC, que apresentou uma queda, passando de 4,5% no ano de 2019 para 2,0% em 2020, indicando que nesse período houve uma tentativa de estimular a produção e o consumo em razão da pandemia da COVID-19. Porém, no ano seguinte a SELIC voltou a aumentar passando de 2,0% no ano de 2020, para 9,3% no ano de 2021, causando assim um aumento nas taxas de juros e, automaticamente, dificultando o pagamento das dívidas.

Outro fator que também pode ter contribuído para o aumento de famílias com dívidas em atraso foi a taxa de desemprego durante o período pandêmico, que aumentou em 3,1% de

2019 para 2020, fazendo com que as famílias não possuíssem meios para arcar com suas despesas.

Complementando o que foi disposto na Tabela 1, a Tabela 2 traz informações sobre a porcentagem da renda dos endividados que é comprometida com as dívidas.

Tabela 2 - Renda comprometida com dívidas e tempo de comprometimento com dívidas

	2019	2020	2021	2022
Parcela média da renda comprometida com dívida	29,5%	30,0%	30,2%	30,2%
Tempo médio de comprometimento com dívida	6,9%	7,2%	7,1%	7,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

De modo geral, pode-se observar um pequeno aumento ano após ano da parcela média da renda comprometida com dívida, sendo que, em 2020, esse percentual chegou em 30,20%, o que pode ser considerado um valor muito alto considerando o custo de vida da família brasileira (Tabela 2). A Tabela 2 também trata do tempo médio de comprometimento com a dívida, que, apesar de ter tido um aumento se manteve estável durante todos os quatro anos analisados.

A Tabela 3 demonstra o nível e a porcentagem de famílias endividadas dentro de cada nível de endividamento.

Tabela 3 - Percentual médio do total de endividamento no Brasil

	2019	2020	2021	2022
Muito endividado	13,3%	14,9%	14,5%	17,6%
Mais ou Menos endividado	23,3%	24,1%	25,5%	27,5%
Pouco endividado	27,0%	27,5%	30,9%	32,9%
Não tem dívidas desse tipo	36,2%	33,3%	29,1%	22,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

No período de 2019 a 2022, as classificações de famílias muito endividadas, mais ou menos endividadas e pouco endividadas aumentaram a cada ano, diferentemente da classificação “não tem dívidas desse tipo”, que diminuiu a cada período. A categoria com maior percentual de endividamento é a de pouco endividado, que no ano de 2022 foi de 32,9%. Já a categoria que apresentou o maior crescimento nesse mesmo período foi a de famílias muito endividadas, apresentando um crescimento de 3,1% entre os anos de 2021 e 2022. Em síntese, a Tabela 3 mostra que, cada vez mais, as famílias brasileiras estão se endividando, e que cada vez mais a inflação e os juros elevados atingem e consomem boa parte da renda da população brasileira.

A Tabela 4 trata da porcentagem de famílias com dívidas em atraso, que não têm condições de pagar suas dívidas.

Tabela 4 - Indicadores de inadimplência da PEIC

	2019	2020	2021	2022
Famílias com dívidas em atraso	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

Assim como a porcentagem de dívidas em atraso, as famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso cresceu, sendo o seu recorde em 2020, quando atingiu a máxima histórica anual de 11%. Esse cenário acompanhou a variação do crescimento da taxa SELIC, que passou por oscilações dentro do período pandêmico, passando por uma baixa durante o ano de 2020 e no ano seguinte a mesma taxa aumentou em 7,3%, fazendo com que as famílias endividadas tivessem mais dificuldades para arcar com suas dívidas.

Com as informações dispostas na Tabela 5 é possível identificar que as famílias que sofreram mais com a alta repentina da inflação foram as famílias com renda de até 10 salários-mínimos, sendo que elas apresentam uma maior dificuldade de arcar com suas dívidas em atraso, apresentando um aumento a cada ano do período analisado (Tabela 5).

Tabela 5 - Inadimplência - Faixas de Renda

	2019	2020	2021	2022
PEIC (percentual do total) – Média anual				
Famílias com dívidas em atraso	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Até 10 salários mínimos	26,9%	28,7%	28,2%	32,3%
Acima de 10 salários mínimos	11,2%	11,4%	11,8%	13,3%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
Até 10 salários mínimos	11,2%	12,8%	12,4%	13,0%
Acima de 10 salários mínimos	3,5%	4,2%	3,5%	3,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

Embora a porcentagem de famílias endividadas com renda superior a 10 salários mínimos seja menor em comparação com aquelas que recebem menos, também foi observado um aumento das dívidas em atraso nesse grupo durante o período analisado, evidenciando que a inflação afetou toda a população brasileira. Em relação às condições de arcar com as dívidas, a Tabela 5 mostra que as famílias com renda superior a 10 salários mínimos têm uma maior capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros em comparação com aquelas que ganham menos.

A Tabela 6, apresentada na sequência, abrange sobre as principais modalidades de dívidas no Brasil.

Tabela 6 - Percentual de endividamento nas principais modalidades de dívidas no Brasil

	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Crédito pessoal	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Financiamento de casa	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito consignado	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque especial	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNC (2022); PEIC (2022).

Como disposto na Tabela 6, é possível observar que a maior parte das dívidas dos brasileiros está ligada ao cartão de crédito, seguido de dívidas com carnês e em terceiro financiamento de carro. O crescimento do uso de cartões de créditos pelas famílias brasileiras se dá por vários fatores, principalmente, porque essa modalidade de crédito é uma das formas acessíveis e simples de ser utilizadas, mesmo que seja a modalidade que apresenta uma taxa de juros mais alta. As modalidades que apresentaram uma redução durante o período analisado foram: de endividamento por financiamento de casa; crédito consignado; cheque especial; outras dívidas e cheque pré-datado.

A Tabela 7 traz a série histórica dos quatro principais indicadores macroeconômicos, sendo eles: SELIC, PIB, Taxa de desemprego e a variação do câmbio.

Tabela 7 – Série histórica dos indicadores macroeconômicos

	2019	2020	2021	2022
Taxa SELIC	4,5%	2,0%	9,3%	13,8%
PIB	1,2%	-3,9%	4,6%	3,0%
Taxa de desemprego	11,1%	14,2%	11,1%	7,9%
Taxa de Câmbio	R\$ 4,03	R\$ 5,19	R\$ 5,58	R\$ 5,21

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ipeadata (2024); BACEN (2024).

Iniciando a análise pela taxa SELIC, pode-se observar que ela passou por mudanças significativas entre 2019 e 2022. Durante a pandemia da COVID-19, o BACEN, com intuito de ajudar a economia do país, reduziu a taxa, que era de 4,5% no ano de 2019, para 2,0% em 2020. Essa queda tinha o intuito de estimular a economia do Brasil em um período de incerteza global e crise econômica provocada pela pandemia. Nos anos seguintes, a taxa subiu de forma muito abrupta, tornando-se um fato preocupante no cenário pós pandemia (Tabela 7).

O PIB do Brasil, assim como a taxa SELIC passou por variações durante o período analisado, de 2019 para 2020, sendo que o PIB teve uma queda de 3,9%, que se deu por conta das restrições econômicas e paralisações durante a pandemia da COVID-19. Já em 2021 o PIB se recuperou crescendo 4,6%, mostrando a recuperação da economia no cenário pós pandemia. Em 2022, por sua vez, o PIB voltou a cair mostrando os desafios econômicos que ainda estão sendo enfrentados devido a uma elevada inflação (Tabela 7).

A Taxa de desemprego entre os anos 2019 e 2020 aumentou significativamente, sendo que esse aumento se deu por conta de uma forte influência da pandemia da COVID-19, que impactou fortemente as empresas, levando as mesmas a passarem por dificuldades financeiras, ocasionando demissões em massa. Nos anos seguintes, a taxa de desemprego passou por uma queda, mostrando que a economia se recuperou de forma gradual após os impactos severos da pandemia de COVID-19 e com a flexibilidade das restrições a economia fortaleceu (Tabela 7).

Por fim, a Tabela 7 traz informações acerca da série histórica da Taxa de câmbio. Analisando as razões da variação da taxa de câmbio no decurso dos anos de 2019 a 2020, percebe-se, respectivamente, que, foram decorrentes de uma desvalorização do real motivado pelas incertezas políticas e econômicas da época, além de uma depreciação do real em meio ao ápice da pandemia. Ainda, em relação aos anos de 2021 a 2022, conjectura-se que, influenciado pelo aumento das taxas de juros no Brasil, o real apresentou uma leve valorização frente ao dólar, todavia, a taxa de câmbio se manteve elevada dado a instabilidade econômica.

A Tabela 8 apresenta a correlação entre as variáveis de endividamento e os indicadores macroeconômicos e sociais.

Tabela 8 – Correlação de Spearman

	SELIC	Câmbio	Desemprego	PIB	Pandemia
Famílias endividadadas	0,8000	0,8000	-0,6325	0,6000	0,0000
Famílias inadimplentes	0,4000	0,4000	-0,3162	0,0000	0,0000
Dívidas com Cartão de Crédito	1,0000***	0,6000	-0,9487*	0,8000	-0,4472
Famílias com dívidas em atraso (quem ganham até 10 salários mínimos)	0,4000	0,4000	-0,3162	0,0000	0,0000
Famílias com dívidas em atraso (quem ganham acima de 10 salários mínimos)	0,8000	0,8000	-0,6325	0,6000	0,0000
Famílias sem condições de pagar (quem ganham até 10 salários mínimos)	0,4000	0,4000	-0,3162	0,0000	0,0000
Famílias sem condições de pagar (quem ganham acima de 10 salários mínimos)	-0,9487*	-0,3162	0,8000	-0,6325	0,7071

Fonte: Dados da pesquisa

Onde: * 10%; ** 5%; *** 1%

Nota-se, com base na Tabela 8, que a taxa SELIC apresenta uma correlação positiva e significativa com o aumento do percentual de dívidas com o cartão de crédito, ou seja, à medida que a taxa SELIC sobe, mais famílias acumulam dívidas no cartão de crédito. Em 2022, a

inflação estava muito alta e, conseqüentemente, os preços dos produtos se elevaram, fazendo com que o uso do cartão de crédito nesse período aumentasse. Nesse âmbito, ocorreu o aumento da taxa SELIC, com o intuito de conter a inflação e baixar os preços dos produtos.

Outro ponto perceptível na Tabela 8 é a correlação negativa entre a SELIC e as famílias sem condições de pagar suas dívidas (quem ganham acima de 10 salários-mínimos), isto é, a taxa SELIC aumenta com a finalidade de reduzir a inflação. Nesse sentido, através da diminuição dos preços, as famílias com maior renda são favorecidas, sobretudo, aquelas que já detêm uma renda mensal consideravelmente boa. Ainda sobre este viés, cabe destacar que tanto a SELIC, quanto a Taxa de Câmbio, o PIB e a Pandemia não possuem correlação significativa com mais nenhuma outra variável.

Observa-se, ainda, que as pessoas gastam menos no cartão de crédito quando estão desempregadas, principalmente, pela instabilidade financeira em que se encontram. Portanto, a Taxa de Desemprego tem uma correlação negativa com percentual de dívidas no cartão de crédito (Tabela 8).

No que tange às hipóteses, percebe-se que o endividamento com cartões de crédito apresentou uma correlação positiva, tornando a Hipótese 1 aceita. Quanto à Hipótese 2, constatou-se que esta não se confirma, já que a Taxa de Câmbio não apresenta nenhuma correlação significativa com nenhuma das variáveis de endividamento.

Referente à Hipótese 3, inferiu-se que ela não pode ser aceita, visto que o resultado foi diverso daquele apresentado na hipótese, refutando a mesma. Por fim, a Hipótese 4 não corrobora com os resultados obtidos, considerando que o PIB também não apresentou nenhuma correlação com nenhuma das variáveis de endividamento.

De modo geral, percebe-se que a pandemia da COVID-19 não teve uma correlação significativa com o nível de endividamento dos brasileiros no período pós-pandemia, dado que a pandemia não apresentou conexão com nenhuma das outras variáveis de endividamento. Observa-se, portanto, que no período pós pandêmico, o que pode ter aumentado a taxa de endividamento da população brasileira são fatores diversos a crise sanitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo relacionar os indicadores econômicos e sociais ao nível de endividamento dos brasileiros, por meio do uso de Correlação de *Spearman*. De modo geral, o presente trabalho identificou correlação negativa entre a Taxa SELIC e o

percentual de dívidas com cartão de crédito, o que indica que as pessoas tendem a ficar mais endividadas no cartão durante períodos com taxas altas. A relação entre a Taxa SELIC e o percentual de famílias com maior renda que não tem condições de pagar as dívidas é inversa, o que realça que essas pessoas tendem a se favorecer mais com a redução da inflação por meio do seu bom poder aquisitivo. Por fim, identificou-se que as famílias gastam menos do cartão de crédito em períodos com altos níveis de desemprego.

Os resultados da presente pesquisa, além de ampliar o conhecimento pré-existente sobre o tema, complementam outros estudos já existentes garantindo que os dados e as informações destas e outras pesquisas sempre estejam dentro do contexto atual. Para mais, esta pesquisa oportuniza uma melhor compreensão de economia, possibilitado que a população brasileira detenha para si uma conscientização maior sobre educação financeira, ajudando a reduzir os impactos econômicos e sociais durante e após futuras.

As limitações desta pesquisa são, inicialmente, um curto período amostral englobando apenas os anos de 2019 a 2022, limitando a compreensão dos efeitos a longo prazo da pandemia acerca do endividamento da população brasileira. Ainda, a pesquisa focou restritamente nos principais indicadores econômicos e sociais, além de se concentrar apenas no cenário brasileiro negligenciando outros aspectos que influenciariam a análise de forma mais ampla, acrescentando barreiras quanto a possibilidade de comparações globais.

Como sugestão de pesquisas futuras indica-se um estudo sobre a relação entre o endividamento da população brasileira e a falta de educação financeira, explorando pontos como a falta de educação financeira básica, planejamento orçamentário, conhecimento sobre juros e a conscientização do uso do crédito, explorando a possibilidade e a eficácia da implementação de programas de educação financeira nas comunidades com o intuito de reduzir o endividamento. Ademais, outra sugestão de pesquisa é uma comparação internacional, com o intuito de averiguar similaridades e diferenças nos resultados dos indicadores econômicos e sociais entre o Brasil e outros países dentro de um mesmo período amostral.

Os níveis de endividamento e inadimplência têm se mantido alto nos últimos anos. Consoante a isso, é imprescindível o desenvolvimento da educação financeira, principalmente, para tomada de decisões financeiras mais conscientes, já que através da educação financeira a população poderá adquirir hábitos que evitariam dívidas desnecessárias e o uso excessivo de cartões de crédito, promovendo, por tanto, a redução de inadimplência e endividamento.

REFERÊNCIAS

BACEN - Banco Central do Brasil. **Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 22 de fev. 2024

BOLSONI, Igor Mazzola. **Características do endividamento das famílias brasileiras durante a pandemia de Covid-19.** 2023. 53 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Economia, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248040?show=full>>. Acesso em: 02 de out. 2024.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015.

CHU, V. **Principais Fatores Macroeconômicos da Inadimplência Bancária no Brasil.** In: BANCO CENTRA DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112001.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/01/cnc-endividamento.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2024.

FRIOLIM, Patrícia Conde. **Crédito, consumo e endividamento: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito no consumo das famílias brasileiras no período 2003-2015.** 2017. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana do Livramento, 2017. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/2053>>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

GENTIL, Denise; BRUNO, Miguel. **Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira na pandemia e além.** IE-UFRJ DISCUSSION PAPER, 2021. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_036_2021_GENTIL_BRUNO.pdf>. Acesso em: 22 de fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GLAD, Matheus Eduardo. **Indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros**. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021).

GULLO, Maria Carolina. **A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações/The Economy in Pandemic Covid-19: Some Considerations**. Rosa Dos Ventos-Turismo e Hospitalidade, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/journal/4735/473564229005/html/>>. Acesso em: 22 de fev. 2024

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, [S.L.], v. 50, n. 2, p. 169-182, abr. 2015. Disponível em:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303867>>. Acesso em: 20 de fev. 2024

LINARDI, F.M. **Avaliação dos Determinantes Macroeconômicos da Inadimplência Bancária no Brasil**. 2008. 64 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas UFMG, Belo Horizonte.

MELO, Carlos; CABRAL, Sandro. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalisador da Covid-19. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3681-3688, 2020.

MERCÊS, Guilherme. **Na pandemia, endividamento explodiu com empato em empregos e negócios**. 2022. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/na-pandemia-endividamento-explodiu-com-impacto-em-empregos-e-negocios-diz-cnc/>>. Acesso em: 15 de fev. 2024.

OPAS. Organização Pan-Americana da saúde. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 15 de fev. 2024.

PARAÍSO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020.

PEIC (Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor). 2023. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2023/09/relatorio-peic-2023.pdf>>. Acesso em: 21 de fev. 2024

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017.

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 94-113, jun. 2019. Disponível em:< <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/3098/2206>>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

RUBERTO, Isabel von Grafen *et al.* A Influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005-2012. **Estudos do Cepe**, Santa Cruz do Sol, v. 37, n. 1, p. 58-77, jan. 2013. Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3328>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. **Pandemia, crise econômica e lei de insolvência**. 2023. São Paulo: Almedina, 2023.

SERASA LIMPA NOME. **Endividamento das famílias é de quase 80%**, 2023. Disponível em:< <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>>. Acesso em: 19 de nov. de 2023.

SERASA LIMPA NOME. **Endividamento: como saber se faço parte da estatística?** 2023. Disponível em:<<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-como-saber-se-faco-parte-da-estatistica/#>>. Acesso em 23 de nov. 2023.

SESSA, Celso Bissoli et al. Das recentes crises econômicas à crise da covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. **Revista Ifes Ciência**, v. 6, n. 1, p. 40-62, 2020.

SIMONATO, T. C. **Impactos na economia brasileira do Auxílio Emergencial durante a pandemia do Covid-19: efeitos regionais, setoriais, familiares e no mercado de trabalho**. Tese de Doutorado. UFMG/CEDEPLAR, 2023.

SILVA, A. C.; SOUZA, I. C.; BUENO, M. P.; ALMEIDA, A. L.; SILVA, R. H. Qualidade de Vida e Endividamento. **Revista Desafio Online**, v. 8, n. 2, p. 353-377, 2020.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4a. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, G. S. **Endividamento: buscando as motivações comportamentais e os impactos na saúde**. (Mestrado em Administração). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SOUZA, Renata Kelli de. **Fatores demográficos determinantes da inadimplência entre os estados brasileiros**. 2017. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Profissional em Administração do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2017. Disponível em:< <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/2197>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

STETER, E.R.; BARROS, O. **Determinantes macroeconômicos apontam para redução da taxa de inadimplência de pessoa física ao longo deste ano. Destaque Depec** – Bradesco. AnoX - Número 27 - 24 de fevereiro de 2012.

VARELA, João de Mato Antunes. **Das Obrigações em Geral**, vol. 11, 5a ed. Coimbra: Almedina, 1992.

VIEIRA, Ana Luiza Brenke Diniz; ROMA, Carolina Magda da Silva; FERREIRA, Bruno Pérez. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros selic. **Revista Economia & Gestão**, [S. L.], v. 14, n. 36, p. 138-160, out. 2014.

ZANCANARO, Vinícius. **A oferta de crédito e a inadimplência no brasil**. 2016. 23 f. Monografia (Especialização) - Curso de Finanças e Mercado de Capitais, do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

ZANIBONI, Natália Cordeiro. **A inadimplência do sistema financeiro no brasil explicada por meio de fatores macroeconômicos**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.